



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática

Licenciatura em Educação Ambiental

Relatório de Estágio

Desenho de Estratégia para a Promoção da Participação das Comunidades de Mudissa e Mudada na Monitoria do Processo de Reassentamento no Distrito de Matutuine.

Doroteia Letícia Matusse

Maputo, Outubro de 2019



FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática

Licenciatura em Educação Ambiental

Relatório de Estágio

Desenho de Estratégia para a Promoção da Participação das Comunidades de Mudissa e Mudada na Monitoria do Processo de Reassentamento no Distrito de Matutuíne.

Relatório de Estágio apresentado ao Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, como requisito final para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação Ambiental na Universidade Eduardo Mondlane.

Doroteia Letícia Matusse

Supervisor: Eng Ercílio Langa

Orientador: Benjamim Venâncio Mabochedana

Maputo, Outubro de 2019

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Este relatório de estágio foi julgado suficiente como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada em Educação Ambiental e aprovado na sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Educação Ambiental, Departamento de Educação em Ciências Naturais e Matemática da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

MSc. Armino Ernesto

(Director do Curso de Educação Ambiental)

O Júri de Avaliação

O Presidente do Júri

O Examinador

O Supervisor

AGRADECIMENTOS

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”

Antoine de Saint-Exupéry

Estes quatro anos de estudo foram uma árdua jornada de desafio, construção e amadurecimento, e agradeço sincera e profundamente a todas as pessoas que muito me encorajaram e ajudaram a produzir algo de valor em minha vida.

Em primeiro, agradeço a Deus, por a cada novo amanhecer me conceder a oportunidade de celebrar com todos em meu redor o Dom da Vida. Ao meu Pai Daniel Matusse e a minha Mãe Percina Calane pelo amor, por serem modelo de coragem, seus eternos ensinamentos, seus preciosos conselhos e inestimável confiança em mim. As minhas irmãs que foram meu suporte nos momentos em que mais precisei. Muito obrigada!

Ao Eng. Ercílio Langa, pela sua orientação, pelas opiniões e críticas, pela contribuição que ajudou a enriquecer este trabalho e no esclarecer de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização deste trabalho.

Manifesto aqui a minha gratidão a todos os docentes da Universidade Eduardo Mondlane, a todos os colegas de faculdade com quem partilhei os melhores quatro anos da minha vida acadêmica, com os quais pude partilhar alegrias e vitórias bem como lágrimas de exaustão e aflição. Aos orientadores e colegas de estágio que sempre me apoiaram e mostraram disponibilidade em ajudar, a todos que convivem diretamente comigo e me incentivam a alcançar os meus objetivos, com os quais partilho risos, aprendizados e troca de experiências que de forma direta ou indireta sempre me apoiaram e os considero como sendo os meus mais valiosos e eternos amigos, as “minhas pessoas”. Agradeço pelo apoio, puxões de orelha e encorajamento em todos os aspectos da minha vida.

A todos aqueles que sempre me apoiaram incondicionalmente, apostaram em mim e que seguramente são os que mais compartilham da minha alegria: a minha família.

DEDICATÓRIA

Este Relatório é dedicado aos meus pais, Daniel Carlos Matusse e Percina Vicente Calane. Não existiria no mundo outro alguém tão merecedor do agradecimento pelo amor, cuidado, dedicação em apostar na minha educação, o esforço constante em acompanhar os meus estudos e em garantir com que o fardo não fosse tão pesado. Palavras não seriam suficientes para agradecer-vos por tudo e descrever de forma cabal o que ambos representam para mim.

Muito Obrigada.

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Doroteia Letícia Matusse declaro por minha honra que este relatório nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que o mesmo constitui o resultado do meu labor individual, estando indicadas ao longo do texto e nas referências bibliográficas todas as fontes utilizadas.

Doroteia Letícia Matusse

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIA-	Avaliação de Impacto Ambiental;
CCIE-	Coligação Cívica sobre a Industria Extractiva
CTV-	Centro Terra Viva;
DUAT-	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra;
EA –	Educação Ambiental;
EIA –	Estudo de Impacto Ambiental;
EPDA-	Estudo de Pré-viabilidade Ambiental e Definição de Âmbito;
LA –	Licença Ambiental;
OCB-	Organização Comunitária de Base;
ONG –	Organização Não Governamental;
OSC –	Organização da Sociedade Civil;
PE –	Plano Estratégico;
PI&A –	Parte Interessada e Afectada;
PISCCA –	Projectos Inovadores da Sociedade Civil e das Coligações de Actores;
TdR –	Termos de Referência.

Lista de Figuras

Figura 1: Localização da KUWUKA JDA;

Figura 2: Organograma da Organização;

Figura 3: Encontro com Alunos do Clube de Educação Ambiental nas escolas;

Figura 4: Casa destruída na área de abrangência da CIF –MOZ

Figura 5: Vista parcial de uma casa provisória no âmbito do reassentamento pela CIF-MOZ.

Resumo

A Constituição da República de Moçambique, desde 2004, proclama que “todo o cidadão tem direito de viver num ambiente equilibrado e o defender” (Art. 90, n.º 1).

O estágio ocorreu no período de 4 meses na KUWUKA JDA, onde a estagiária pôde participar um pouco de cada actividade levada a cabo pela associação, em especial, como assistente na implementação de acções levadas a cabo no distrito de Matutuíne, que inspirou para a concepção do plano de intervenção deste relatório. Neste sentido, o presente relatório apresenta-se como estratégia para garantir um maior envolvimento por parte das comunidades de Mudissa e Mudada na gestão de terras e outros recursos naturais e a fim de que contribua para o desenvolvimento local.

Todos os membros da comunidade têm o direito de decidir sobre como usar as terras que ocupam e os recursos naturais existentes, desde que no entanto não contrariem a Constituição e legislação vigente. A consulta as comunidades afectadas pela implementação de projectos de desenvolvimento local deve ser feita de modo a garantir que o mesmo não prejudique os interesses das comunidades locais, garantindo o respeito pelas comunidades e sem prejudicar os interesses dos investidores.

São inúmeras as acções levadas a cabo por Organizações da Sociedade Civil, em destaque para a KUWUKA JDA. Estas acções que são desenvolvidas a todos os níveis das diferentes prioridades estratégicas com vista a contribuir para o alcance de um desenvolvimento sustentável integrado, governação participativa dos recursos naturais através da promoção de acções de capacitação e fortalecimento de capacidades da sociedade para uma activa participação nos processos de tomada de decisão.

Palavras-Chave: Envolvimento Comunitário; Recursos Naturais; Reassentamento.

ÍNDICE	Pag.
DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE	I
AGRADECIMENTOS	II
DEDICATÓRIA	III
DECLARAÇÃO DE HONRA.....	IV
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	V
LISTA DE FIGURAS	VI
RESUMO	VII
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	4
2.2. Breve Historial e Objectivos da KUWUKA JDA.....	4
2.2.1. Objectivo da KUWUKA JDA.....	5
2.2.2. Visão	5
2.2.3. Missão	5
2.2.4. Enfoque	6
2.3. Estrutura Orgânica	6
2.4. Descrição de Actividades na área de Estágio.....	8
2.5. Relevância da instituição para a formação do estagiário	8
2.6. Contributo do estagiário para a instituição de estágio	9
CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO ESTÁGIO.....	10

3.1. Plano de Actividades.....	10
CAPÍTULO IV: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ESTAGIÁRIO.....	11
4.1. Integração no local de acolhimento e Revisão documental	11
4.2. Clubes de Educação Ambiental nas Escolas Primárias.....	11
4.3. Seminários, Conferência de Imprensa e Reuniões.....	13
4.3.1. A Conferência de Imprensa da Coligação Cívica sobre a Industria Extractiva... ..	13
4.3.2. Fórum das Organizações da Sociedade Civil para a Área Marinha e Costeira em Moçambique	14
4.3.3. Levantamento de evidências nas comunidades de Mudissa e Mudada.....	15
CAPÍTULO V: PLANO DE INTERVENÇÃO.....	18
5.1. Contextualização.....	18
5.2. Problema	19
5.2.1. Público-alvo	19
5.3.1. Objectivos da Instrução.....	20
5.3.2. Situação das Comunidades.....	20
5.4. Desenvolvimento	20
5.4.1. Instrução baseada no Problema ou Centrada no Projecto	21
5.4.2. Estratégia a para promoção da participação das comunidades na defesa dos seus	
direitos.....	22
5.5. A Educação Ambiental e a Promoção de Participação das Comunidades Avaliação.....	23
5.6. Avaliação	233
6. CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Moçambique, um País com mais de metade (54%) da sua população vivendo em situação de pobreza absoluta, é um dos mais afectados pelas transacções fundiárias em África, tendo já sido concessionadas a investidores (estrangeiros e nacionais) cerca de 2,7 milhões de hectares, de terras do total de 36 milhões hectares aráveis de que Moçambique dispõe (Mandamule, 2015).

Algumas concessões de terra para a prática de actividades económicas de natureza extractiva, são realizadas acreditando-se que esta poderá ser uma solução para o desenvolvimento nacional e modernização das comunidades, para que se possam recuperar dos muitos anos de precariedade e atraso de crescimento em que se encontram, porém estas transacções implicam no reassentamento involuntário das comunidades, para outras áreas e alguns são realizados sem a observância de aspectos socioeconómicos e culturais e sem o envolvimento da parte afectada.

Um dos maiores problemas que se verifica no processo de implementação de programas de reassentamento se relaciona à compensação justa por perda de terra, através da sua substituição por outra de valor equivalente, onde se evidencia o não envolvimento da comunidade nos processos de tomada de decisão. Este processo exige a participação de todos os membros da comunidade afectada pois são elas que realmente conhecem as suas necessidades e prioridades, e com a as quais se deve decidir, como usar as terras e os recursos naturais existentes, não contrariando a Constituição e a Legislação vigente. Legalmente as comunidades têm o direito de participar no processo de consulta pública, a fim de permitir com que no processo de tomada de decisão sejam pautados os termos e condições que determinada concessão deverá respeitar para que não prejudique os direitos e interesses das comunidades (CTV, 2015).

A participação em processos ambientais começou a ganhar destaque com a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, onde teve início o processo da participação social nas decisões governamentais concernentes ao meio ambiente e o reconhecimento de que a sociedade precisava ser informada sobre as problemáticas e participar na preservação do meio ambiente (Garbeline, 2017).

Deste modo a KUWUKA JDA, com base no regulamento sobre o processo do Reassentamento Resultante de Actividades Económicas, Lei de Terra e a legislação do sector mineiro, mobilizou e preparou socialmente as comunidades de Mudada e Mudissa em colaboração com a Plataforma

Distrital da Sociedade Civil em Matutuíne, para a monitoria do processo de reassentamento, neste contexto foram criados 2 fóruns comunitários de monitoria. O projecto visava essencialmente fortalecer a plataforma distrital da sociedade civil de Matutuíne, para a assessoria das comunidades locais na defesa dos seus direitos à terra, monitoria do processo de reassentamento em Mudada e Mudissa, bem como promover a troca de experiência no que diz respeito à cidadania, direitos e deveres no contexto de legislação sobre terras, ambiente, recursos naturais, entre outros aspectos.

Nesse sentido, Leme e Silva (2010), argumentam que a Educação Ambiental é na verdade uma proposta de filosofia de vida que resgata valores éticos, estéticos, democráticos e humanistas. Ela parte de um princípio de respeito pela diversidade natural e cultural, que inclui a especificidade de classe, de etnia e de género. Por isso, uma de suas características é a defesa da descentralização em todos os níveis e a distribuição social do poder, reconhecendo como formas de poder ter o acesso à informação e ao conhecimento.

O objectivo que orientou a realização deste estágio baseou-se no interesse em verificar as acções de advocacia implementados pela KUWUKA JDA aquando do acompanhamento e monitoria dos reassentamentos das comunidades afectadas pela implementação de projectos de natureza extractiva, através da análise do Decreto 31/12 sobre Reassentamentos resultantes de actividades económicas, a fim de com isso poder desenhar uma estratégia capaz de orientar as Comunidades de Mudissa e Mudada no Distrito de Matutuíne, a que sejam autónomos na luta de defesa dos seus direitos em matérias de gestão de terra, pois mais do que informar é preciso formá-los e torná-los proactivos e capazes de fazer face e de resolver os problemas que vem surgindo naquela região, uma vez que as comunidades envolvidas estão no processo de espera pelo reassentamento a cerca de 10 anos vivendo em estado de pobreza e carecendo de apoio em questão de recursos básicos para a sua subsistência.

No final deste estágio, será apresentado um relatório que apresente uma estratégia que seja capaz de garantir com que os membros das comunidades afectadas conheçam os seus direitos e deveres, e que estejam capacitados a participar de forma activa em todas as fases do processo de tomada de decisão sobre o seu reassentamento e sobre a gestão das terras que ocupam.

Este relatório de estágio académico foi produzido no âmbito das actividades desenvolvidas na KUWUKA JDA, uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que visa contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentável, advocando a promoção da justiça social, económica, ambiental, governação participativa na gestão de terra, recursos naturais, consciencialização e capacitação da sociedade para activa participação na busca de soluções face aos desafios do presente e do futuro para o bem-estar, com justiça social, económica e ambiental.

No que concerne a estrutura do relatório, o mesmo encontra-se dividido em seis (6) capítulos, nomeadamente: (1) Introdução, (2) Apresentação da Instituição para realização do estágio, (3) Plano de Actividades, (4) Actividades desenvolvidas pelo estagiário, (5) Desenho da Instrução, e (6) Conclusões e Recomendações.

CAPÍTULO II: APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

No capítulo que se segue, será apresentada a Instituição que acolheu a estagiária para a realização do estágio, que apresenta os seguintes aspectos:

2.1. Apresentação do local de estágio.

2.1.1. Localização da KUWUKA JDA

O estágio académico teve lugar na KUWUKA JDA, sediada na cidade de Maputo, Avenida Eduardo Mondlane, Maputo, nº 1637, como ilustra a figura (1) que se segue.

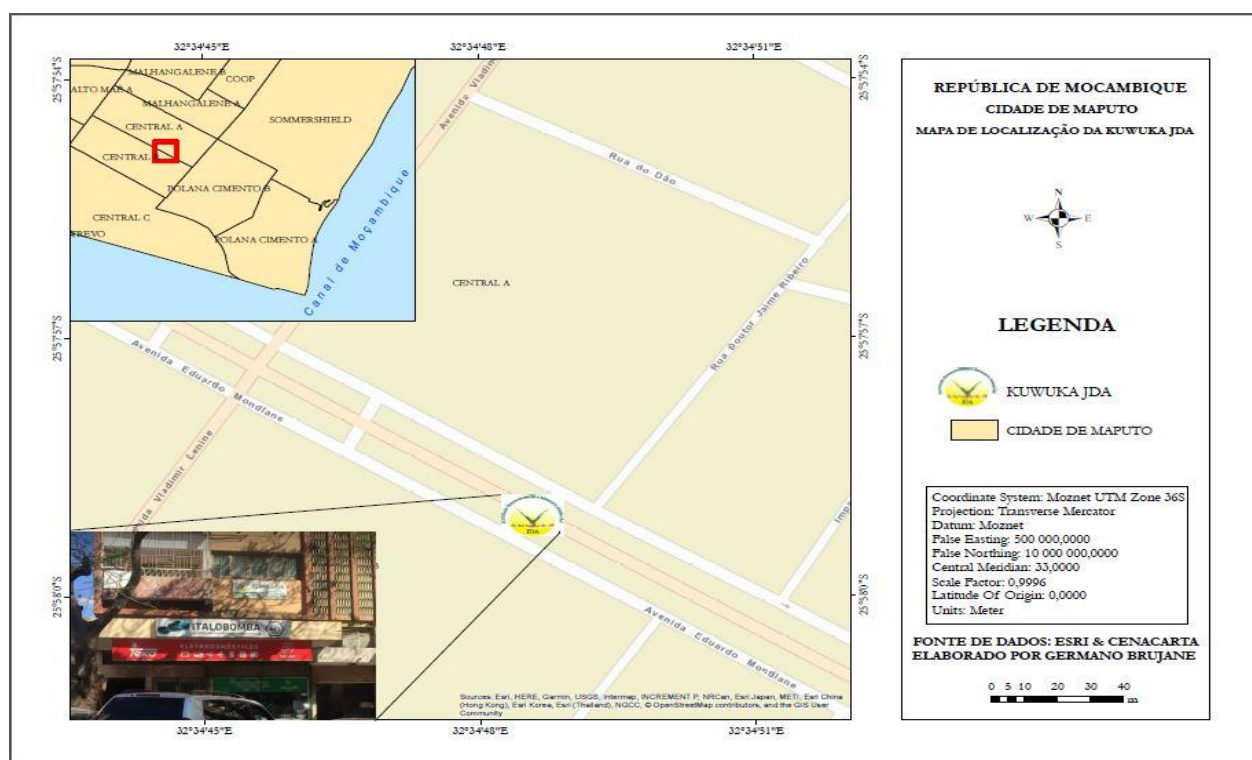


Figura 1: Localização geográfica da KUWUKA JDA. Fonte: KUWUKA JDA (2019).

2.2. Breve Historial e Objectivos da KUWUKA JDA.

A KUWUKA JDA é uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que visa contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentável, advogando a promoção da justiça social, económica, ambiental, governação participativa na gestão de terra, recursos naturais, consciencialização e capacitação da sociedade para activa participação na busca de soluções face aos desafios do presente e do futuro para o bem-estar, com justiça social, económica e ambiental. Foi fundada em 2001 como uma Organização Comunitária de Base (OCB),

juvenil. Alcançou o seu reconhecimento jurídico em Março de 2008, através do despacho do Ministério da Justiça, como uma organização de âmbito nacional, cujos estatutos foram publicados no Boletim da República, III série, número 28, de 17 de Setembro de 2008.

A KUWUKA JDA implementa suas acções em todo o território nacional, com destaque para a cidade e províncias de Maputo, Inhambane, Nampula, Tete, Cabo Delgado, nas áreas temáticas de gestão de recursos naturais e extractivos, incluindo a terra e a educação ambiental (PE. KUWUKA JDA, 2018-2022)

2.2.1. Objectivo da KUWUKA JDA

De acordo com os estatutos, a KUWUKA JDA (P.E. 2018-2022) foi criada com o objectivo de:

- a) Contribuir para o desenvolvimento comunitário sustentável e integrado;
- b) Promover a justiça social e económica no seio da comunidade;
- c) Promover oportunidades de participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão;
- d) Contribuir para uma reflexão colectiva e participativa na procura de metodologias e estratégias face aos desafios presentes e futuros no seio da comunidade;
- e) Promover a participação e responsabilização dos jovens como actores activos no processo de desenvolvimento no seio da comunidade.
- f) Promover a participação, responsabilização e mobilização dos jovens e da sociedade em saúde reprodutiva e na luta contra o HIV-SIDA;
- g) Promover a igualdade de género em todas as suas actividades e no seio da juventude;
- h) Promover a valorização e preservação da cultura moçambicana no seio da juventude e da sociedade;
- i) Promover e realizar estudos e advocacia ambiental para a gestão regrada e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente, com responsabilidade e partilha de benefícios;
- j) Promover a advocacia à luz da legislação vigente no País.

2.2.2. Visão

Por uma sociedade participativa para a boa governação e gestão racional dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável.

2.2.3. Missão

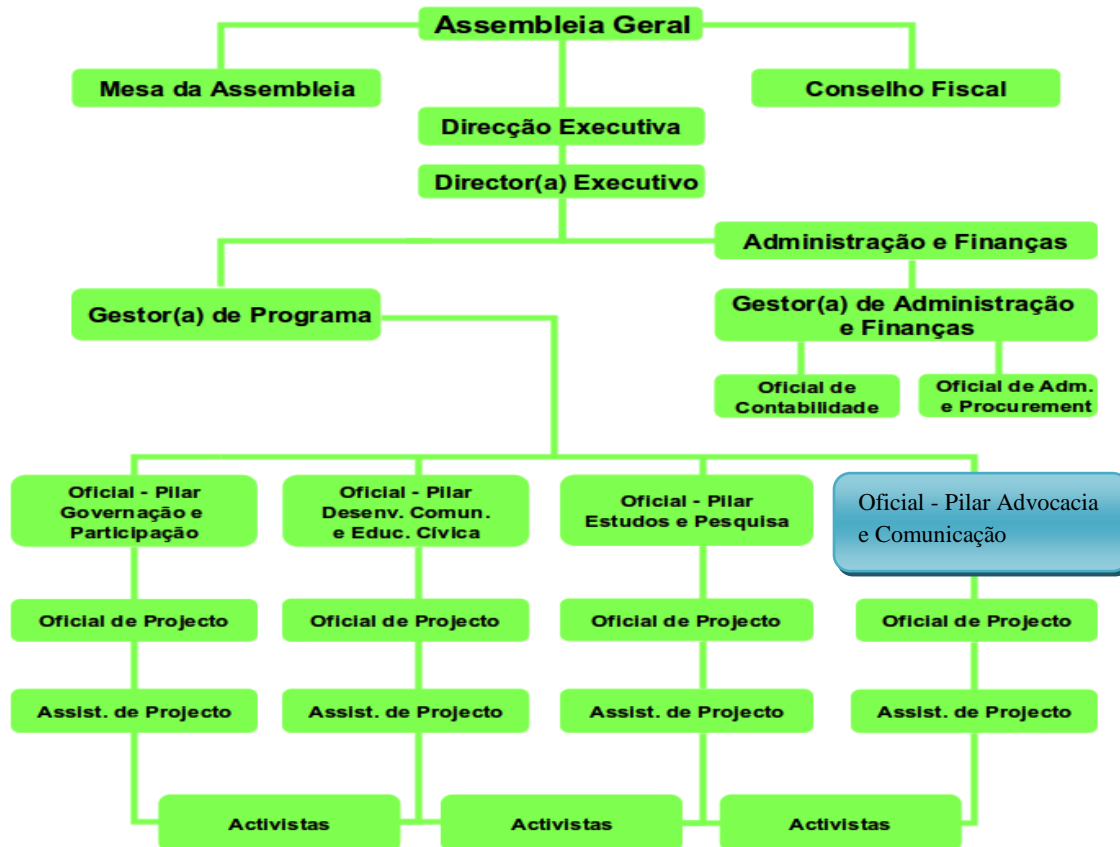
Despertar o exercício da cidadania para governação participativa e transparente dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável, com Justiça Social, Económica e Ambiental.

2.2.4. Enfoque

- ✚ Boa governação na gestão da terra, recursos naturais e meio ambiente:
- ✚ Educação Ambiental
- ✚ Economia, Desenvolvimento e Recursos Naturais (acesso a oportunidades de desenvolvimento económico)
- ✚ Advocacia e *lobbying* para transparência e boa governação ambiental

2.3. Estrutura Orgânica

A figura que se segue (figura 2), apresenta de forma estruturada a KUWUKA JDA e sua respectiva repartição em departamentos ou sectores de actividade.



 Pilar ao qual a estagiária esteve afectada durante a realização do estágio.

Figura 2: Organograma da Organização.

No seu Plano Estratégico, a KUWUKA JDA, conta com as seguintes prioridades estratégicas: (1) Governação e Participação; (2) Desenvolvimento Comunitário e Educação Cívica Ambiental; (3) Estudos e Pesquisa; (4) Advocacia e Comunicação e (5) Desenvolvimento Institucional, dos quais a estagiaria a esteve inserida e pôde participar na realização de actividades, dos seguintes programas:

- **Advocacia e Comunicação**

O que caracteriza a prioridade estratégica de Advocacia e Comunicação como uma área de actividade transversal é o facto de esta actuar nas diferentes áreas estratégicas de intervenção e em relação aos diferentes actores que actuam na área de terras, ambiente e recursos naturais. Neste momento o pilar de Advocacia e Comunicação conta com 1 Oficial de projecto, que opera na área de publicação e divulgação de artigos, implementação de projectos na área de gestão de terras e recursos naturais, realização de estudos científicos na mesma área, capacitações das comunidades locais para a demanda dos seus direitos a terra, ambiente e à habitação entre outras actividades e de diferentes actores das organizações da sociedade civil, instituições públicas e estudantes universitários. Ademais o pilar tem trabalhado em coordenação com outros pilares a nomear: Pilar de Desenvolvimento comunitário e Educação Cívica Ambiental e com o Pilar de Governação e Participação.

- **Desenvolvimento Comunitário e Educação Cívica Ambiental**

Este Pilar visa promover o desenvolvimento económico, social, cultural e político das comunidades locais através da educação cívica e ambiental, da implementação de acções visando o uso e aproveitamento sustentável da terra, ambiente e recursos naturais. Actuando no fortalecimento das capacidades das comunidades locais para a gestão racional e sustentável dos recursos naturais, através de iniciativas de gestão comunitária, para a sua participação nos processos de tomada de decisão em programas de desenvolvimento local; promove programas baseados no uso racional e sustentável dos recursos naturais, incluindo a educação cívica ambiental para o uso e aproveitamento dos recursos naturais como actividades de geração de renda. Ao nível urbano A KUWUKA JDA promove a educação ambiental com base na abordagem dos 4Rs (Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Responsabilizar), no contexto de gestão dos resíduos sólidos urbanos.

- **Governança e Participação**

O Pilar de Governança e Participação tem como objectivo promover a participação activa e efectiva do cidadão nos processos de tomada de decisão sobre políticas públicas na área de terras, recursos naturais e ambiente, como um processo da boa governação, tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Ou seja, para uma governação que seja participativa e inclusiva, particularmente na promoção da transparência e prestação de contas na gestão da terra, ambiente e dos recursos naturais, como factores de desenvolvimento sustentável.

2.4. Descrição de Actividades na área de Estágio

São diversas as actividades realizadas na instituição de acolhimento, contudo, irá destacar-se as principais actividades realizadas na qual a estagiária esteve directamente envolvida que são:

- ✚ Capacitação das comunidades locais habilitando-as a exigir a observância dos seus direitos e de participação na monitoria dos processos de governação e de tomada de decisão ao nível local;
- ✚ Fortalecimento das capacidades de actores de influência e de desenvolvimento de capacidades (Mídias, comunidades locais, Plataformas comunitárias) para boa governação, justiça e equidade nas áreas de terras, ambiente e recursos naturais;
- ✚ Publicação e partilha de artigos e de boletins informativos e de participação em diferentes fóruns e plataformas de interacção e visibilidade através de plataformas de comunicação, convencionais e digitais.

2.5. Relevância da instituição para a formação do estagiário

O estágio é uma etapa importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, uma vez que promove oportunidades de vivenciar na prática conteúdos académicos, propiciando desta forma, a aquisição de conhecimentos e atitudes relacionadas com a profissão escolhida pelo estagiário. Este estágio revela sua importância que para além de cumprir com o seu papel social, ajudando a formar a nova geração de profissionais que o país necessita ajuda na formação do estagiário.

Estagiar na KUWUKA JDA, revela-se importante para a formação académica do estudante, pelo facto de ter garantido a aquisição de uma experiência profissional, a mesma tornou possível a experiência na prática do contacto directo com as comunidades envolvidas nos projectos e as actividades desenvolvidas na instituição, o que tornou possível colocar em prática a educação ambiental, para além de conciliar os conhecimentos teóricos e a prática e a implementação de medidas de melhoramento das condições de vida, promoção da justiça social, económica, ambiental e governação participativa na gestão de terra, o que confere a oportunidade e abertura para aprender a prática da profissão estudada na universidade. Permite um amadurecimento, e aprendizado na questão de relacionamento com as pessoas no ambiente de trabalho e o entender as dinâmicas e cultura do mundo organizacional.

2.6. Contributo do estagiário para a instituição de estágio

A presença de um estagiário na instituição de estágio considera-se como sendo importante na medida em que o saber adquirido durante a trajetória académica pode ser uma vantagem para a empresa uma vez que irá receber uma pessoa “actualizada”, que ao trabalhar com outras pessoas experientes poderá surgir uma união de mão-de-obra diferenciada. A realização do estágio permitiu com que a KUWUKA JDA, tivesse junto do seu pessoal, alguém com uma bagagem teórica e um novo saber em matéria de Educação Ambiental e metodológica e de procedimentos sobre o Maneio Comunitário de Gestão de Recursos Naturais no que concerne a questão de reassentamento da população e defesa dos direitos das comunidades. Durante a permanência no local de acolhimento, a estagiária apoiou a instituição na realização das seguintes actividades: implementação de actividades a nível interno e externo, desenvolvimento de programas, participação em eventos de relevo, elaboração de relatórios de actividades, desenho de actividades a nível da organização o que possibilitou a sua aprendizagem.

CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO ESTÁGIO

3.1. Plano de Actividades

Este capítulo apresenta o plano geral das actividades propostas pelo estagiário e que foram desenvolvidas no período de permanência no estágio. O plano foi elaborado em coordenação com o orientador e em conformidade com as actividades estabelecidas no Plano Estratégico 2018-2022 da KUWUKA-JDA entre os meses de Junho e Setembro.

Actividades	Julho		Agosto				Setembro				Outubro				Novembro			
	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Integração no local de acolhimento e Revisão documental dos Planos de Actividade e Relatórios Anuais de Actividades.	■	■																
Participação nas actividades dos Clubes de Educação Ambiental nas escolas primárias.	■	■	■															
Participação em Seminários, Conferência de Imprensa e Reuniões.	■	■	■	■	■													
Integração ao PISCCA (Projectos Inovadores da Sociedade Civil e das Coligações de Actores)						■	■											
Encontro de coordenação e planificação com a equipe da Rádio Maxaquene para a preparação do Debate Radiofónico.								■										
Planificação de actividades e Levantamento de evidências nas comunidades sobre os impactos da implantação da Fabrica CIF-MOZ. no âmbito do Projecto PISCCA.								■	■	■	■	■	■	■				
Realização de debates radiofónicos em KaMaxakeni.															■	■		
Elaboração do Relatório Final de Estágio															■	■	■	■

Tabela 1: Actividades desenvolvidas no período de estágio.

CAPÍTULO IV: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ESTAGIÁRIA

Neste capítulo serão descritas as principais actividades desenvolvidas no âmbito do estágio que contaram com uma participação activa da estagiária:

4.1. Integração no local de acolhimento e Revisão documental

A integração no local de acolhimento, ou seja, a indução que decorreu durante as primeiras quatro semanas do mês, e serviram para a apresentação dos candidatos a estagiários às instalações e aos colaboradores da organização, e aspectos como a distribuição dos estagiários nos diferentes pilares e as tarefas a cumprir, regulamentos e normas institucionais também foram apresentadas ao longo das primeiras semanas na organização.

Este processo possibilitou o conhecimento mais profundo daquelas que são as actividades que foram levadas a cabo ao longo dos últimos anos de trabalho, através da revisão documental do Plano de Actividades e Relatórios Anuais de Actividades, participação em seminários, leitura dos manuais e brochuras que descrevem a Iniciativa para a Transparência na Industria Extractiva em Moçambique (ITIE), iniciativa esta, que visa a promoção e a boa governação e consequente melhoria da transparência e redução de corrupção para um efectivo desenvolvimento do País.

4.2. Clubes de Educação Ambiental nas Escolas Primárias

A Educação Ambiental é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, a Educação Ambiental designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma educação que antes não era ambiental. Contudo, desde que se cunhou o termo “Educação Ambiental”, diversas classificações e denominações explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental (Pedron & Rosa 2011).

Ainda de acordo com o mesmo autor, o processo de sensibilização da comunidade escolar pode fomentar iniciativas que transcendam o ambiente escolar, atingindo tanto o bairro no qual a escola está inserida como comunidades mais afastadas nas quais residam alunos, professores e funcionários estreitando as relações intra e extra-escolar.

O Projecto de Educação Ambiental levado a cabo pela KUWUKA JDA que se encontra em fase de implementação em duas escolas do ensino fundamental localizadas no Distrito Municipal de KaMaxakeni, e está integrado no Pilar de Desenvolvimento Comunitário e Educação Cívica Ambiental que tem como objectivo, a consciencialização ambiental para as boas práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos. Neste sentido foi realizada uma visita à Escola Primaria Completa Unidade 22 e Unidade 23 para um encontro com as crianças que frequentam os ensinios desde a terceira (3ª) à quinta (5ª) classe integradas no projecto. No âmbito desta actividade foi realizado um encontro, onde houve a abertura de espaço para aprendizado, e interacção com os alunos do Clube de Educação Ambiental nas Escolas como ilustra a imagem que se segue (figura 3).



Figura 3: Encontro com Alunos do Clube de Educação Ambiental nas escolas

A estagiária participou como assistente da orientadora da actividade, em que obedecendo o plano de actividades, foram realizadas palestras. Como estratégia de Educação apresentando o tema aos alunos, procurando perceber os conhecimentos que os mesmos tinham sobre o mesmo e posteriormente introduziu-se o tema referente a Higiene pessoal e Colectiva e a Importância das

Árvores tanto para o Ambiente quanto para o Homem. Para o desenvolvimento desta actividade fez-se a distribuição de manuais de apoio para as crianças.

4.3. Seminários, Conferência de Imprensa e Reuniões

4.3.1. A Conferência de Imprensa da Coligação Cívica sobre a Industria Extractiva (CCIE)

A Coligação Cívica sobre a Industria Extractiva (CCIE), uma plataforma de coordenação de estratégias e troca de informação na monitoria e advocacia sobre a indústria extractiva em Moçambique, que integra o Centro de Integridade Pública (CIP), Centro Terra Viva (CTV), Conselho Cristão de Moçambique (CCM), Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI e KUWUKA-JDA. A CCIE apresentou, o relatório produzido durante a missão de monitoria a Namanhumbir, realizada durante a semana de 9 a 12 de Julho de 2018 numa missão de monitoria as actividades extractivas de rubi nas minas de Namanhumbir, distrito de Montepuez, na província de Cabo Delgado, com os seguintes objectivos:

1. Monitorar o processo de implementação do Plano de Reassentamento;
2. Recolher informação sobre os benefícios das comunidades pela exploração de recursos naturais e;
3. Avaliar o quadro de respeito pelos Direitos Humanos.

Como resultado desta monitoria, durante a conferência de imprensa, em linhas gerais foi abordado que o distrito de Montepuez que integra o território onde existe uma das maiores reservas mundiais de rubi, pedra com elevado valor comercial, e as comunidades que deverão ser deslocadas vivem em estado lamentável de pobreza o que as induz a sentimentos de exclusão dos benefícios resultantes dos ganhos com a exploração na sua região e o possível reassentamento que está previsto para o ano de 2019 tem condicionado o estilo de vida da população, sendo que não há emprego e a fonte de subsistência de algumas famílias foi-lhes retirada. Alega-se que Namanhumbir tem sido palco de actuações violentas cruéis de agentes das forças de defesa e segurança, incluindo agressões físicas e tortura, em resultado dos protestos revelando a insatisfação da comunidade face a indevida gestão e aplicação dos 2.75% das receitas de Rubi.

Participar na conferência, serviu como uma forma de integração na instituição de acolhimento, uma vez que o evento ocorreu durante a época de integração, e este evento foi importante na medida em que se pudesse estar a par dos projectos em curso e foi possível conhecer as organizações com as quais a KUWUKA JDA trabalha em parceria.

4.3.2. Fórum das Organizações da Sociedade Civil para a Área Marinha e Costeira em Moçambique (FOSCAMC)

Criado por 5 organizações, Livaningo, KUWUKA JDA, WWF, Centro Terra Viva (CTV) e Abiodes, com o objectivo de estabelecer um maior contacto, estabelecimento de diálogo permanente e governação participativa com o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) realizou de 07 a 08 de Agosto de 2018, uma reunião preparatória para a Segunda Reunião Nacional do MIMAIP e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) centrados seguintes pontos:

- A preparação da terceira reunião nacional do FOSCAMC;
- Preparar a II reunião com o MIMAIP.

De modo geral, ao longo dos dois dias, a reunião incluiu actividades como (1) Discussão sobre aspectos internos do FOSCAMC, relativos a proposta de revisão do Memorando, (2) Critérios de selecção de novos membros do FOSCAMC, (3) Apresentação das principais actividades realizadas por cada OSC a nível das províncias (Maputo, Gaza, Inhambane, Zambézia, Nampula, Sofala e Cabo Delgado), (4) Discussão sobre as principais áreas de actuação e prioridades para o ano seguinte.

No decorrer do fórum foram feitas apresentações de experiencias de trabalho por parte das diferentes ONG's, que actuam na área marinha e costeira. Puderam também participar na reunião as organizações não afiliadas ao FOSCAMC a partir das apresentações de trabalhos realizados e partilha de experiencias das actividades que realizam, que geram impactos positivos no meio ambiente e dos desafios que estas têm enfrentado no desenrolar das suas actividades. No final desta actividade foi produzido um relatório e partilhado com os colaboradores da OSC.

4.3.3. Levantamento de evidências nas comunidades de Mudissa e Mudada

A KUWUKA JDA iniciou em 2016 a implementação do projecto “Fortalecimento das OSC e Promoção da sua participação activa na defesa dos direitos das comunidades de Mudada, Mudissa e Maxaquene “A”, no âmbito do programa “Projectos Inovadores da Sociedade Civil e das Coligações de Actores” (PISCCA) com apoio da Embaixada da França.

O projecto visava fortalecer as plataformas distritais da sociedade civil de Matutuíne e de Maxaquene A, para a assessoria das comunidades locais na defesa dos seus direitos à terra, monitoria do processo de reassentamento em Mudada e Mudissa, bem como promover a troca de experiência entre as duas plataformas no que diz respeito à cidadania, participação pública, direitos e deveres no contexto de legislação sobre terras, ambiente, recursos naturais, entre outros aspectos.

Orientados pelos objectivos específicos seguintes:

- ✚ Promover a Participação e Engajamento da Sociedade civil na Governação e Participação Comunitária nos Distritos de Matutuíne e Ka Maxakeni;
- ✚ Monitorar o Processo de Reassentamento em Mudissa e Mudada à luz do Regulamento sobre Reassentamentos Resultante de Actividades Económicas;
- ✚ Fortalecer o Comité de Habitação para a Participação Activa na Demanda do Direito a Habitação no Contexto do Regulamento do Solo Urbano.

A imagem que se segue (figura 4) é um dos exemplos de muitas habitações que foram destruídas na área de abrangência da construção da fábrica de cimentos.



Figura 4: Casa destruída na área de abrangência da CIF-MOZ.

Neste âmbito, foi realizado um inquérito por uma equipe constituída pelo Oficial de Advocacia e Comunicação com o apoio da estagiária, a um total de 75 indivíduos que incluem jovens, mulheres, homens e idosos das famílias afectadas pela implantação da fábrica CIF-MOZ, nas comunidades de Mudissa e Mudada, a fim de fazer o levantamento de evidências da situação actual de vida dos residentes daquela localidade. Com base no uso de inquérito como método de recolha de dados a estagiaria procedeu ao preenchimento de questionário, recolheu informação relevante dos membros da comunidade, depoimentos, fotografias e vídeos.

Como resultado do trabalho realizado, foi produzido um relatório em que consta depoimentos dos membros da comunidade retratando o seu sentimento com a presença da fábrica, constatou-se que a comunidade encontra-se dividida em relação as suas opiniões, uma parte acredita que com a fábrica em operação as comunidades serão beneficiadas, tendo em sua disponibilidade a matéria-prima para a construção de habitações e maior disponibilidade de emprego para os jovens, ao passo que, outro grupo em maior número demonstra total insatisfação visto que as suas actividades foram interrompidas e não receberam o que lhes havia sido prometido o que condiciona o estilo de vida das mesmas.

A falta de informação relativamente ao processo de reassentamento constitui a maior preocupação das comunidades, e a necessidade de melhoria das condições de vida, disponibilidade de energia e água potável e emprego e outros recursos são urgentes. (RELATORIO KUWUKA JDA, 2018).



Figura 5: Vista parcial de uma casa provisória no âmbito do reassentamento pela CIF-MOZ.

A experiência de ter participado de cada um dos eventos possibilitou a aquisição e desenvolvimento de habilidades, tanto de partilha de conhecimento em questões ambientais, sensibilização para a preservação ambiental e conservação da natureza, desenvolvimento de um pensamento crítico orientado para a solução de problemas emergentes. Importa referir que no final de todas as actividades, a estagiaria elaborou relatórios de actividades e apresentou ao oficial de programa responsável.

Em relação ao Fórum das Organizações da Sociedade Civil para a Área Marinha e Costeira em Moçambique, nota-se que há ainda a necessidade de melhoria da sua forma de actuação, uma vez que as diferentes associações e organizações não têm trabalhado em coordenação. Se fosse possível o seu acontecimento, a partilha de conhecimentos e troca de experiências ente as mesmas, poderia tornar maior o alcance dos objectivos traçados e estabelecido por cada organização para um bem individual e colectivo.

CAPÍTULO V: PLANO DE INTERVENÇÃO

O presente capítulo apresenta o Estudo de Caso, debruçando-se sobre o tema de estudo “desenho de estratégias para a promoção da participação das comunidades de Mudissa e Mudada na monitoria do processo de reassentamento no Distrito de Matutuíne”, sendo que através do qual irá se procurar solucionar a problemática do processo de reassentamento resultante das actividades económicas levadas a cabo no Distrito de Matutuíne.

5.1. Contextualização

Moçambique é um país rico em recursos naturais, o que torna alvo de grandes investimentos externos, sobretudo na exploração de recursos naturais sendo desta forma importante se estabelecer um equilíbrio de interesses, ao qual se deve garantir o acesso e a segurança de posse de terra, tanto dos camponeses moçambicanos, como dos investidores nacionais e estrangeiros (CTV, 2012).

O Distrito de Matutuíne é uma região rica em calcário, um recurso mineral comumente extraído e usado como matéria-prima para o fabrico de cimento de construção. Este recurso mineral atraiu a atenção da CIF-MOZ, que é um investimento de capitais chineses e moçambicanos que pretende instalar uma fábrica de cimento na comunidade de Mudada, para a extracção do calcário, a qual irá implicar na remoção de cerca de 400 famílias das comunidades de Mudissa e Mudada. As mesmas foram afastadas de todo o processo de negociação sobre as suas terras. Segundo Jossefa (2012), a participação de todos com vista a um desenvolvimento sustentável, é um requisito incontornável.

O envolvimento comunitário se compreende como sendo o processo através do qual indivíduos criam uma relação a longo prazo com uma visão colectiva a favor da comunidade incentivando as comunidades para melhores mudanças através do seu empoderamento. O envolvimento comunitário é então visto como sendo uma estratégia capaz de garantir com que os membros da comunidade possam participar e decidir em conjunto sobre como devem usar as terras que ocupam para que não sejam apenas ouvidas, a informação colectada deve ser incorporada no processo de decisão desde que não contrarie a Constituição e a legislação vigente. Neste sentido o principal desafio para a participação é criar uma forma mais activa de representatividade (Garbeline, 2017).

5.2. Problema

No Distrito de Matutuíne, parte das terras foi expropriada de seus utentes, onde o Governo considerou a expropriação como sendo de interesse para implementação de projectos de investimento enquadrados nos planos e programas de desenvolvimento socioeconómico distrital, e concedeu-a a CIF-MOZ uma fábrica de exploração mineira. Esta concessão de terra implicou no reassentamento involuntário e na expropriação de terra das comunidades afectadas, o que provocou constrangimentos nos meios de subsistência e acesso a serviços por parte das comunidades.

Uma vez que nessa altura, o governo não dispunha de nenhum instrumento legal que orientasse o processo de reassentamentos em Moçambique, durante todo o processo houve uma exclusão das comunidades em todas as fases do processo de tomada de decisão sobre o destino das suas terras, tendo elas sido apenas informadas que deviam abandonar as suas residências e campos de cultivo sem uma alternativa de subsistência, na espera do no reassentamento outrora prometido.

Estima-se que o investimento tenha afectado 230 famílias de Mudada e 170 de Mudissa, que são nativas da região, que tem como actividades de geração de renda para as famílias a prática da agricultura itinerária (corte e queimada, pousio e rotação), a criação de gado (bovinos e caprinos), pesca e a produção de lenha e carvão.

5.2.1. Público-alvo

Todos os membros da comunidade, independentemente do seu estatuto social, género, cor, idade, portadores ou não de deficiência, devem ser consultados sobre as decisões que se relacionam ao uso e gestão dos recursos naturais existentes na sua comunidade. Durante o processo de levantamento de dados no âmbito do projecto PISCCA registou-se uma maior afluência de idosos, com um baixo índice de escolaridade, o que condicionaria sobre maneira a possibilidade de realizar-se um outro tipo de instrução que envolvesse a escrita, fazendo da comunicação oral a mais usada e viável forma de transmissão e partilha da informação entre os mesmos.

5.3. Desenho da Instrução

5.3.1. Objectivos da Instrução

Geral

- ✚ Desenhar estratégias para a promoção da participação das comunidades de Mudada e Mudissa na monitoria do processo de reassentamento no distrito de Matutuíne.

Específicos

- ✚ Descrever o nível de participação das comunidades no processo de reassentamento;
- ✚ Desenhar a estratégia adoptável para que as comunidades actuem defesa dos seus direitos;
- ✚ Propor um plano de avaliação das comunidades de Mudissa e Mudada.

5.3.2. Situação das Comunidades

Apesar de a terra ser propriedade do Estado, as comunidades têm a terra como herança dos seus antepassados, os quais confiavam a sua gestão aos líderes comunitários. Esses processos permitiam com que as comunidades administrassem suas terras e fossem os responsáveis pela atribuição de terra aos que necessitassem. De acordo com o artigo 10, do Capítulo III da Lei de Terras, n 19/97 de 1 de Outubro, a área de intervenção do projecto de construção da fábrica de cimento, de acordo com o problema identificado, é dos direitos de acesso, uso e aproveitamento de terra e dos recursos naturais pelas comunidades locais, que são co-titulares do DUAT e devem ser consultados sobre as decisões que se relacionam com o uso e gestão dos recursos naturais existentes na sua comunidade e que delas dependem para a sua subsistência. A instalação da fábrica de cimento CIF-MOZ teve como consequências imediatas na vida das comunidades a perda do acesso e uso da terra e recursos naturais, com implicações directas na subsistência das comunidades.

5.4. Desenvolvimento

Com o intuito de colocar os aprendentes em contacto com os conteúdos a ser transmitidos durante a instrução, os temas deverão ser abordados através do uso de uma linguagem perceptível se possível, traduzida para a língua local e disponibilizada em locais públicos de maneira que as partes interessadas possam aceder a mesma. Deste modo, o Método Construtivista deverá orientar o processo de aprendizagem do público-alvo, colocando-o como

sendo o centro da aprendizagem, onde os membros da comunidade deverão buscar o conhecimento na medida em que interesses e questionamentos surgem.

5.4.1. Instrução baseada no Problema ou Centrada no Projecto

A aprendizagem baseada em problema é uma técnica de ensino que educa apresentando aos alunos uma situação que leva a um problema que tem de ser resolvido (Sousa e Dourado, 2015). Esta técnica ajuda o aprendiz a ser mais autónomo, através da utilização de problemas como ponto de partida para aquisição e integração de novos conhecimentos para a compreensão e resolução de problemas de forma significativa.

De acordo com Coelho (2016), a elaboração dos problemas, em particular, deve ser fundamentada visando (1) motivar os estudantes; (2) incentivar a tomada de decisões e a realização de julgamentos com base em factos, informações e/ou argumentações lógicas; (3) ter complexidade suficiente para impor a necessidade de cooperação para a obtenção de uma solução e (4) expor questões de forma a promover a discussão.

A Metodologia de Problematização inicia-se ao estimular ao público-alvo a *observar a realidade* de modo crítico, possibilitando com que o mesmo possa relacionar esta realidade com o problema que enfrenta, para que perceba por si o aspecto que mais o intrigue a partir de conhecimentos prévios, deste modo será capaz de perceber os aspectos problemáticos desta realidade em análise.

Depois o indivíduo é estimulado a reflectir sobre quais são os *pontos-chave*, ou factores associados ao problema, sendo a orientação para a etapa da *teorização*, onde se deve buscar suporte científico, técnico entre outros para avaliar estes pontos-chave.

Após a etapa de teorização, se passa a fase de elaboração de *hipóteses de solução*, onde o indivíduo deve julgar de maneira crítica a realidade em que esta inserido. Nesta mesma fase sintetiza o que aprendeu, relacionando a problemas similares com vista a resolve-los. E por fim há a aplicação do conhecimento adquirido orientado para o problema em causa (Toohey, 1999).

Ainda de acordo com a autora o aprendizado com experiencias anteriores oferece oportunidades de desenvolver uma gama de habilidades e conhecimentos, não que necessariamente facilite o desenvolvimento de uma base de conhecimento bem estruturada mas que apoie na resolução de problemas.

5.4.2. Estratégia a para promoção da participação das comunidades na defesa dos seus direitos

Pela dificuldade em reunir todos os membros (por muitas vezes se situarem em lugares distantes uns dos outros) o que torna difícil a realização de reuniões ou a transmissão de informação, a estratégia adoptada para o alcance deste objectivo será a realização de programas radiofónicos (uma vez que desde a sua invenção, o rádio tem como características, disseminar informações, entreter os ouvintes e promover a interacção das pessoas) associada a Metodologia de Instrução Baseada no Problema, obedecendo a sua sequência lógica a fim de se capacitar as comunidades em matérias de participação pública e envolvimento comunitário no contexto dos seus direitos e deveres que lhes são assistidos pela legislação de Terras e Recursos Naturais, com enfoque no processo participativo, seguindo-se por actividades de monitoria do processo, com vista a fazer uma avaliação da aprendizagem.

Os temas a ser abordados radiofonicamente deverão estar orientados em temas que são vivenciados pelas comunidades de Mudissa e Mudada de modo a que estas relacionem a sua realidade local e desenvolvam um pensamento crítico, que as torne aptas e interessadas a receber um suporte técnico e que posteriormente os torne capazes de fazer a aplicação do conhecimento adquirido.

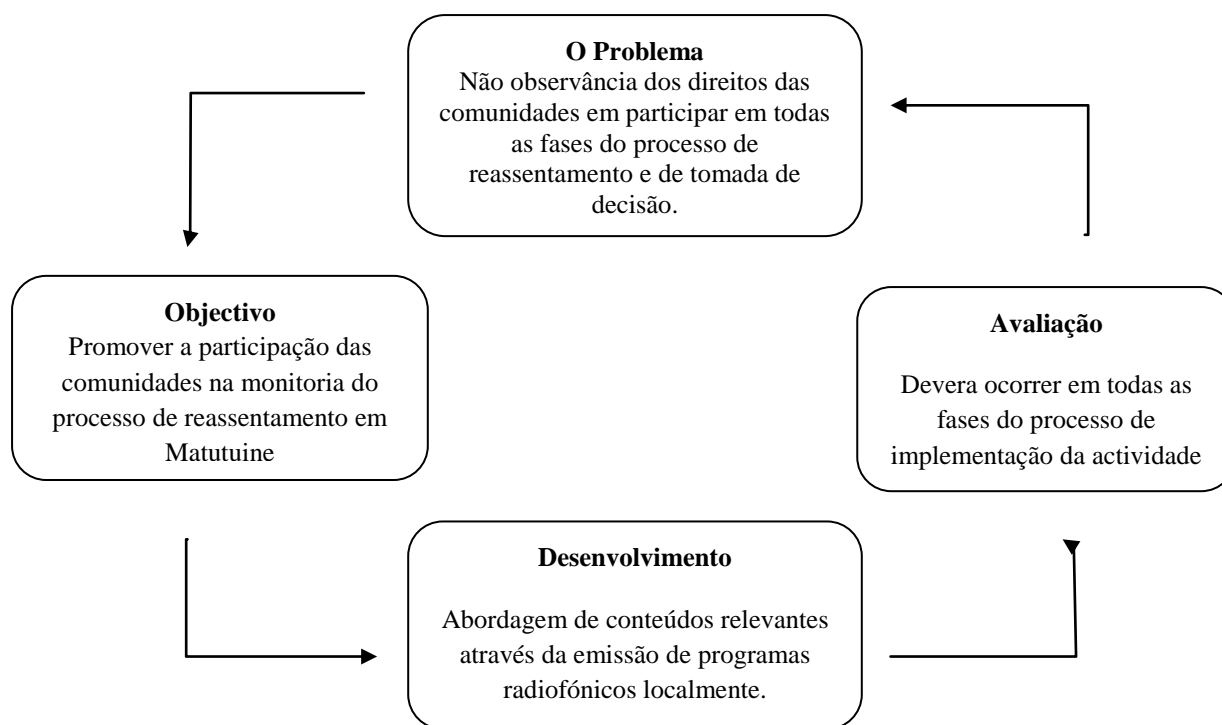
Os assuntos a ser abordados serão:

- ✚ Plano de Reassentamento;
- ✚ Processo de Consulta Comunitária;
- ✚ Etapas do processo de consulta comunitária;
- ✚ Direitos e deveres dos membros da comunidade;
- ✚ Importância das contribuições das PI&A's durante o processo de reassentamento.

5.5. A Educação Ambiental e a Promoção de Participação das Comunidades

A Educação Ambiental é uma das ferramentas existentes para a sensibilização e capacitação da população em geral sobre os problemas ambientais. Com ela, busca-se desenvolver técnicas e métodos que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de nos debruçarmos seriamente sobre eles (Marcatto, 2002).

As práticas em Educação Ambiental devem sempre considerar a realidade local, para que deste modo a EA actue como meio de sensibilização das comunidades a desenvolver cada vez mais um espírito de pertença as suas terras, tornando-os conscientes das suas responsabilidades bem como dos seus direitos a fim de que possam advogar em prol dos seus direitos, levando em conta toda sua perspectiva histórica, pois ela diz muito sobre os aspectos culturais e sociais do público-alvo, além de que, possibilita que a situação futura desejada seja condizente com os anseios e com as possibilidades dos envolvidos.



O modelo acima apresenta o resumo da Instrução.

5.6. Avaliação

O sucesso da implementação de programas de instrução depende da forma como os mesmos são abordados, acompanhados e avaliados. A avaliação para além de permitir obter dados

qualitativos e/ou quantitativos do resultado da actividade, também permite com que as lições aprendidas possam ser incorporadas em outras actividades. Por outros termos, a avaliação oferece uma oportunidade de aprendizagem, no sentido de procurar saber o que está a resultar ou não, e o que é necessário fazer para melhorar (GAA, 2014).

A avaliação deverá ser realizada ao longo de todo o processo, sendo no entanto dividida em três momentos específicos e interligados.

- ✚ **Avaliação de Linha de Base:** que consiste no levantamento de todos os aspectos concernentes as comunidades residentes no local em que se irá implementar a actividade que poderá ser feito através da revisão bibliográfica de obras de diversos autores bem como dos trabalhos que a KUWUKA JDA tem realizado no distrito de Matutuíne em torno do assunto em causa. Este levantamento serve de suporte para que a instrução seja orientada para o problema em causa para se aferir o que a comunidade já sabe ou precisa de saber.
- ✚ **Avaliação de Meio-Termo:** será realizada com suporte do *Método de Avaliação Rápida* onde procurar-se-á obter informações expressas em palavras, através de comentários, opiniões e descrição da situação em que os beneficiários se encontram, isto é, durante a emissão dos programas de rádio, será aberto o espaço para que os ouvintes possam intervir deixando comentários e sugestões, esta avaliação será quantitativa procurando se fazer a mensuração do número de ligações efectuadas pelos ouvintes a fim de dar o seu contributo.
- ✚ **Avaliação Final do Projecto:** será feita para apurar se terá ocorrido uma mudança de comportamento observável, isto é, mudança de atitude e de percepções dos beneficiários que poderá ser observável algum tempo depois da instrução (variando de seis meses a um ano ou mais).

Inserido na Avaliação Final, encontra-se a *Observação directa*: com o objectivo de se fazer o registo do que se vê no local depois da implementação da instrução, a informação deve conter um registo das actividades em curso, interacções sociais e resultados observáveis (GAA, 2014).

Deve haver um suporte ao uso de instrumentos secundários, como panfletos e megafones de modo a garantir uma maior abrangência que deverão ser distribuídos em diversos pontos estratégicos da comunidade.

6. CONCLUSÃO

Chegado ao fim deste relatório, foi possível concluir, que de forma geral a realização do estágio foi essencial para a formação da estagiária, uma vez que permitiu perceber como são conduzidos os reassentamentos e de que forma a KUWUKA JDA advoga em defesa dos direitos das comunidades afectadas pelos projectos implementados sem se considerar aspectos essenciais como a compensação justa das comunidades pela perda de terra, processo este que deve sempre garantir o envolvimento das comunidades e como a Educação Ambiental neste processo.

As actividades que a KUWUKA JDA vem realizando, especialmente na área de monitoria do processo de reassentamento das comunidades de Mudissa e Mudada permite tornar as comunidades dotadas de capacidades de participar em todo o processo de reassentamento e a manutenção do respeito dos seus interesses. Para além desta actividade tem desenvolvido várias outras actividades que incluem, Campanhas de disseminação de informação relevante, criação e constituição de plataformas comunitárias, Mesas redondas, grupos de discussão, publicação de documentos de posição.

A metodologia de problematização dá a sua contribuição, ao possibilitar a aplicação à realidade, pois desencadeia uma transformação do real acentuando o carácter pedagógico na construção de profissionais críticos e participativos.

A Educação Ambiental não Formal é entendida como sendo a melhor alternativa para o problema em causa, por esta se poder desenvolver fora do sistema de ensino e desta feita, permite trabalhar com diferentes extractos sociais, bem como colher diferentes sensibilidades sobre questões ambientais envolvendo vários intervenientes.

O plano de intervenção apresentado neste relatório, devera ajudar a suprir as necessidades das comunidades afectadas na medida em que irá permitir que os membros das comunidades afectadas passem a conhecer os seus direitos e sejam capazes de participar activamente em espaços de discussão e de tomada de decisão e defender os seus interesses por si.

6.1. Recomendações

A KUWUKA JDA

- ✚ Desenhar programas de campanhas de sensibilização comunitária no contexto de apoio as comunidades para que se tornem autónomas;
- ✚ Desenhar uma estratégia de avaliação contínua de actividades da KUWUKA JDA.

A COMUNIDADE

- ✚ Apropriar-se dos ensinamentos transmitidos pelas OSC's para que sejam capazes de resolver os problemas emergentes nas suas comunidades de forma colectiva e independente;
- ✚ Participar activamente nas sessões de discussão de consulta pública.

AO GOVERNO

- ✚ Legalizar a titularidade das terras comunitárias em Matutuine;
- ✚ Garantir com que se promova o maior envolvimento das comunidades nos processos de tomada de decisão;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Coelho, F.E. (2016). *Primeiros Passos na Aprendizagem Baseada em Problemas*. Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA) Brasil.
- Constituição da República de Moçambique (2004), Maputo.
- CTV (2012). *Primeiro Relatório de Monitoria de Boa Governação na Gestão Ambiental e dos Recursos Naturais em Moçambique (2010-2011)*. Moçambique.
- CTV (2015) *Monitoria do licenciamento de Terras e ambiental*. O caso do Projecto Massingir Agro-Industrial (MAI).
- Decreto Ministerial nº 31/2012, de 8 de Agosto. Maputo.
- Freire., K.X. (2009). *Design Instrucional: Aplicabilidade dos desenhos pedagógicos na ead online Brasília -df* – secretaria de estado de educação do distrito federal.
- Gabinete de Avaliação e Auditoria (2014). *Guia de Avaliação*. Camões, Instituto da Cooperação e da Língua Ministério dos Negócios Estrangeiros 3ª Edição.
- Garbeline, C.B. (2017). *Reflexão sobre participação social: Barreiras e estratégias*. Geosul Florianópolis.
- KUWUKA JDA (2018) *Plano Estratégico 2018-2022*. Maputo.
- KUWUKA JDA (2018) *Relatório: Fortalecimento da Sociedade Civil para Activa Participação na Defesa dos Direitos das Comunidades de Mudada, Mudissa e kaMaxakeni*. Maputo.
- Júnior, J. P. & Martins, P. C. (2012) *Envolvimento comunitário na Estratégia de Saúde da Família: dilemas entre institucionalização e efectiva participação*; Revista de Saúde Colectiva, Rio de Janeiro, 22 [4]: 1313-1332.
- Jossefa, M.J. (2012). *Desenvolvimento Comunitário e Gestão Ambiental: O Caso das Associações de Produtores Apoiadas pela Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade (AMDC)*. Lisboa.
- Leme, S. G. & Silva, M. C. (2010) *Material Instrucional de Educação Ambiental: Instrumento de gestão pública em Curitiba, PR*. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 327-346, jul./dez. 2010. ISSN 1516-4896.
- Macucule, A.J. (2006). *Introdução à Gestão Participativa de Recursos Naturais* Maputo-Moçambique.
- Mandamule, U. (2015). *Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique*. Observatório do Meio Rural, N32. Maputo.

- Marcatto, C. (2002). *Educação Ambiental: Conceitos e Princípios*. Gráfica e Editora Sigma Lda Primeira Edição. Brasil.
- Matos, E.A. & Medeiros, R.M. (2015). *Exploração do Carvão Mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: Alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação*. Revista Nera- Ano 18.
- Matos, E.A. & Medeiros, R.M. (2017). *Exploração Mineira em Moçambique: Uma análise do quadro legislativo*. Revista Nera-Presidente prudente Brasil.
- Medeiros, A. B.; Mendoga, M. J.; Sousa, G. L., & Oliveira, I. P. (2011). *A importância da Educação Ambiental na escola nas séries iniciais*. Revista Faculdade Montes Belos, 4 (1), 1-17.
- Mancuso, V. M. (2012). *O uso do rádio no processo de ensino-aprendizagem*. Universidade Federal do Rio grande do Sul, centro interdisciplinar de novas tecnologias na educação. Porto Alegre.
- Nhancale, C.; Baleira, S. & Samo, S. (2017). *Reassentamentos em Moçambique – Estudos de caso de Mutiticoma, Cateme, Parque Nacional do Limpopo e sua análise técnico jurídico*. Maputo.
- Sousa, S.C & Dourado, L. (2015). *Aprendizagem Baseada em Problemas (APB): Um método de aprendizagem inovador para o ensino educativo*. Instituto Federal de educação ciência e tecnologia do rio Grande do Norte- IFRN.
- Tenório, F.G., & Rozenberg, J.E. (1997). *Gestão Pública e Cidadania: Metodologias Participativas em Acção*. Rio de Janeiro 31 (4):101-25.
- Toohey, S. (1999). *Designing Courses for Higher Education* - SRHE and Open University Press.
- Tractenberg, T. (2015). *O Design Instructional e suas etapas: Curso Teoria e Prática do Design Instrucional*. Disponível em: <http://www.livredocencia.com.br>
- Universidade Eduardo Mondlane (2012). *Programa Ajustado dos Cursos de Graduação*. Maputo.
- Universidade Eduardo Mondlane (2014). *Regulamento de Estágios dos Curso de Graduação*. Maputo.
- Universidade Eduardo Mondlane (2006) *Guião para a Escrita Académica*. Maputo: Mendonça, M. I.; Buque, D. C.; Mutimucuiu, I.V.; Linden, J. & Bonifácio, R.A.